

Resenhas

MOROSINI, Marília Costa (org.).
Mercosul/Mercosur: políticas e ações universitárias.
Campinas/Porto Alegre:
Autores Associados/Editora da Universidade, 1998.

Vive-se hoje num mundo de contrastes e disparidades políticas e sociais, marcado pela globalização da economia e por um quadro de desenvolvimento científico e tecnológico em que se definem novos requisitos educacionais. Verifica-se, por um lado, que a acentuação da democratização política, ocorrida na década de 80, não tem sido acompanhada, na mesma proporção, pela democratização social, de modo a possibilitar maior participação e representação das populações no exercício dos seus direitos sociais. Não restam dúvidas de que a existência da democratização política é um componente importante da garantia de organização das sociedades, de modo a tornar possível a alteração do quadro de exclusão social nelas presente. Mas não restam dúvidas também de que a exclusão interfere de modo decisivo no pleno exercício da democracia política.

As condições sociais de vida das populações dos países industrializados têm piorado

sensivelmente, caracterizando uma situação fortemente polarizada, com o aumento das desigualdades em escala mundial, resultante da acentuada concentração regional e pessoal de riqueza e de conhecimento. As conseqüências políticas, econômicas e sociais deste processo têm sido graves, principalmente no que concerne às possibilidades de exercício dos direitos de cidadania. Associam-se a isso a fragmentação do cotidiano e o pauperismo ético característicos de sociedades extremamente competitivas e individualistas como as atuais. Esse individualismo, associado à reorganização econômica e política decorrente da globalização da economia, faz com que, em lugar de produtos, tecnologias, fábricas e equipamentos que atravessam rapidamente fronteiras, os recursos básicos das nações sejam agora as habilidades e idéias de seus cidadãos.

Há aí uma tarefa política essencial a ser executada: controlar as forças que rompem os laços que unem os cidadãos conferindo ainda maior riqueza aos mais habilidosos e criativos, e relegando os menos capacitados a um padrão de vida declinante. Cidadãos mais bem colocados e mais bem educados irão prosperar no mercado mundial, vendo-se tentados a descartar os

vínculos que os unem à comunidade nacional e a separar-se de seus compatriotas menos favorecidos.

A fragilização dos Estados nacionais decorrente do processo de globalização, por sua vez, está conduzindo a uma regionalização das economias, como uma estratégia que vem sendo utilizada para reforçar sua competitividade econômica. Essa regionalização produz uma série de impactos nesses Estados nacionais, não apenas sobre a economia mas atuando também sobre a educação, o meio ambiente, o mercado de trabalho etc. configurando um cenário que ainda não está completamente definido. Assim sendo, não é possível prever com clareza as conseqüências da regionalização para países que se valem dessa estratégia em condições desiguais. É possível inferir que, certamente, elas não lhes serão igualmente favoráveis.

Esse cenário exige a arbitragem de políticas nacionais e regionais de cooperação internacional, que conduzam não só à formação dos recursos humanos qualificados para garantir maior capacidade de inovação científica e tecnológica, como também para permitir a constituição das condições básicas e indispensáveis que possibilitem um desenvolvimento econômico e social

sustentável e uma melhor inserção dos países periféricos no sistema internacional estratificado. Ação que deve ser executada com urgência, para intervir em estratégias de integração centradas no comércio e na liberalização econômica, como as que estão sendo propostas, por exemplo, para o Mercado Comum do Sul — Mercosul — e que buscam alcançar altos níveis de competitividade internacional.

Um aspecto importante a ser destacado nesse contexto é que a integração mercantil ora em curso no Mercosul vem ganhando progressivamente um novo significado, essencial para a sua consolidação. De início marcado pelo predomínio de princípios comerciais, esse processo de regionalização vem ampliando seu espectro de interesses, passando a compreender também uma reflexão sobre as possibilidades dessa integração ser realizada na perspectiva de construção da cidadania.

Não há dúvida de que um dos atores que devem desempenhar papel importante nesse processo são as instituições de educação superior, como formadoras de recursos humanos de alto nível e principais responsáveis pela produção de conhecimento. Estes são requisitos indispensáveis para que os Estados-membros desse mercado comum saiam do patamar de países periféricos para se inserirem de modo ativo no mercado mundial, construindo uma integração cidadã.

Nessa perspectiva, é oportuno ressaltar o trabalho que o Grupo de Estudos sobre Universidade — GEU/ UFRGS — vem realizando, tendo dentre seus objetivos o desenvolvimento de estudos e pesquisas para subsidiar a elaboração de políticas públicas de integração universitária, em especial

para o Mercosul. Em novembro de 1997 o GEU realizou o Seminário Internacional Políticas e Ações Universitárias no Mercosul, congregando pesquisadores de diversos países, de que resultou a publicação da coletânea: *Mercosul/ Mercosur*, organizada por Marília Morosini.

A obra é composta de cinco partes: “Políticas de educação superior em contexto globalizado”, onde se discutem as relações entre as políticas internacionais de educação, as universidades latino-americanas, e o arcabouço jurídico proposto para a integração; “Políticas e ações universitárias na União Européia”, focalizando principalmente o caso de Portugal; “Políticas e ações universitárias no Mercosul”, onde são discutidas experiências de integração universitária; “Integração universitária no Mercosul”: perspectivas nacionais”, onde são apresentadas visões dos diferentes Estados nacionais quanto à integração nesse Mercado Comum; e “Educação superior e ressignificação da integração mercantil”, onde é discutido o papel da educação e da cooperação universitárias para uma integração regional ativa.

Em “Políticas internacionais e políticas universitárias de integração”, Daniel Jorge Cano questiona o fato de a integração estar sendo realizada num contexto autoritário, sendo as recomendações do mundo globalizado e do Banco Mundial utilizadas para consolidar linhas de ação tecnoburocráticas. Questiona também a tentativa de normatizar a produção, transmissão, apropriação e circulação de conhecimento pretendida pela integração. “Integración regional”, de autoria Roberto Rodríguez Gómez, aborda a conjuntura universitária latino-americana atual, marcada pelo financiamento restrito

e pelo aumento da participação acadêmica, e ressalta o papel da universidade no contexto da globalização.

O artigo de Cláudia Lima Marques “Liberdade de estabelecimento e de prestação de serviços no Mercosul: instrumentos legislativos sobre formação de recursos humanos”, salienta a necessidade de que um processo de integração respeite os direitos fundamentais dos cidadãos e a ordem constitucional dos países-membros, apontando o paradoxo vivenciado pelos países do Mercosul: esse mercado não tem uma base jurídica sólida, embora já atue e até mesmo legisle. Apoiando-se na experiência européia, compara as bases para a livre circulação de serviços e pessoas daquele mercado comum, e o modo como ela está definida no Tratado de Assunção de 1991 e no Protocolo Complementar de Ouro Preto de 1994. Salienta que, embora em ambos regulamentos esteja presente a intenção de alcançar a integração econômica, não estão previstos instrumentos jurídicos que a viabilizem. Sob esse ponto de vista destaca que, na área de educação, resta ao Mercosul atuar de modo mais político do que jurídico, tal como já vem ocorrendo com a formação profissional, e a partir da Reunião de Ministros da Educação da região, organismo criado em 1991.

Marília Costa Morosini analisa, em “Internacionalização da educação superior na União Européia”, diversas políticas e ações universitárias que vêm ocorrendo naquele mercado comum, com especial destaque para os programas *Erasmus* (European Action Scheme for The Mobility of University Students) e *Sócrates*, destinados a criar um espaço europeu aberto de educação. Dessas experiências

destaca algumas lições para os países do Mercosul, principalmente a necessidade de criar um órgão para realizar a avaliação dos programas de integração da educação superior, ação que deve ser discutida pela própria comunidade científica e realizada por meio da articulação entre as esferas governamentais e os pesquisadores. Ressalta ainda, a necessidade da construção de um suporte acadêmico e financeiro para o processo de integração e de uma cultura de integração que desafie o futuro e preserve o já construído.

Em “Universidade Portuguesa: notas sobre a crise institucional”, Licínio Lima aponta a crise que resulta do confronto entre dois modelos de gestão: o político-participativo e o gerencialista, destacando a necessidade da revitalização do caráter político da universidade, afastando-a de modelos burocráticos e racionalistas, e de outros modelos importados dos setores econômicos e produtivos. Almerindo Janela Afonso, por sua vez, destaca em “Ensino superior português frente à integração europeia”, o caráter secundário da educação no processo de integração europeia, e alerta para o perigo de que esse processo venha a consolidar Portugal numa posição semi-periférica.

“Cooperação universitária no Mercosul”, de Clarissa E. Baeta Neves e Marília C. Morosini, analisa ações autônomas de cooperação universitária e decorrentes da iniciativa de órgãos governamentais e/ou internacionais, com o objetivo de verificar onde essa cooperação já se vem realizando de modo efetivo. Ressaltam as autoras ser a integração da formação acadêmica de recursos humanos a de mais difícil realização, não só pelos trâmites burocráticos envolvidos mas, principalmente, pelos sistemas

de defesa e atribuição de *status*, prerrogativas e privilégios profissionais no mercado de trabalho que nela estão implícitos. Nessa situação, reduz-se o espaço de decisão das instituições universitárias e ocorre a interveniência de parceiros de fora da universidade. No que concerne à produção do conhecimento, no entanto, a integração entre pesquisadores já se encontra em realização, inclusive com a criação de programas de doutorado conjuntos e através da construção de redes de conhecimento.

Dentre as experiências de políticas e ações universitárias, Cláudia P. Carvalho Baena Soares destaca em “Mercosul educacional: ações do governo” a evolução das políticas e ações educacionais a partir de 1991, enquanto o texto de Abílio Baeta Neves, “Política de ensino superior de pós-graduação no âmbito do Mercosul: estágio atual das negociações”, concentra-se nas ações desenvolvidas pela CAPES na pós-graduação. O artigo de Diana Levin de Sborovsky, “Una estrategia autónoma en el Mercosur: el Grupo Montevideo”, aborda as ações desenvolvidas pela Asociación de Universidades Grupo Montevideo, organização não-governamental integrada por doze universidades públicas, sendo cinco argentinas, cinco brasileiras, uma uruguaia e uma paraguaia. Destinado a impulsionar um processo de integração acadêmica baseado na cooperação científica, tecnológica, educativa e cultural, pretende passar a atuar como uma universidade virtual.

Dentre as perspectivas nacionais de integração universitária, Ovide Menin, em “Resignificar la enseñanza superior no universitaria en Argentina”, alerta para a necessidade de que a ressignificação

contemple novas utopias, complexas realidades e uma transformação consensual. Ladislao Nagy Ferrari, por sua vez, aborda as ações desenvolvidas pelas instituições universitárias paraguaias, em “Políticas y acciones universitarias en el Mercosur — Paraguay”. Nicolás Bentancur, em “Universidad de la República ante el proceso de integración regional: situación y perspectivas”, analisa a situação e as perspectivas que estão postas para a Universidad de la República del Uruguay diante do processo de integração, destacando o fato de essa universidade integrar o aparato estatal, sendo, por isso, afetada pelas principais variáveis constantes da redefinição do Estado uruguaio. E em “Autonomia universitária e educação superior no Brasil”, Maria de Lourdes de Albuquerque Fávero aborda a necessidade de que a universidade pública recupere sua autoridade, que está baseada no conhecimento. Afirma ser esta uma decisão que deve ser tomada não pelo governo, mas pelos próprios membros da comunidade acadêmica.

Em “Políticas de Estado e políticas de educação superior no Brasil: alguns sinais marcantes da dependência”, Valdemar Sguissardi discute a situação de dependência que as políticas de Estado e de educação superior em particular mantêm na América Latina desde 1944, ante orientações de organismos internacionais. Dependência que se realiza sob formas variadas, mas numa situação de nítida continuidade. Ressalta que o Chile vem sendo apontado como exemplo/modelo para os demais países da América Latina, chamando a atenção para os riscos que a qualidade e a democratização da educação superior correm, quando se impõem de forma hegemônica os dogmas da excelência do privado e

do mercado, da diferenciação institucional, da competitividade empresarial, do saber/mercadoria e da minimização/privatização do Estado.

Encerra a coletânea o artigo de Iris Mabel Laredo "Educação superior e ressignificação da integração mercantil", onde a autora discute a educação como ferramenta estratégica diante do novo paradigma produtivo. Assim como a integração constituiu-se numa ferramenta para o desenvolvimento regional e a reinserção no atual contexto mundial, a cooperação internacional transformou-se numa necessidade para a formação dos recursos humanos requeridos para o redimensionamento dos países do Mercosul, diante da crescente competitividade internacional. Dada a limitação de recursos financeiros, tecnológicos e humanos existentes na região, a promoção das mudanças que a nova ordem mundial requer torna indispensável privilegiar todas as ações em favor de uma política de cooperação ativa, na qual a formação de recursos humanos e tecnológico-científicos se dê em qualidade e quantidade suficientes, de modo a permitir enfrentar os desafios que estão postos. Conclui afirmando que essa pedagogia participativa, democrática e integradora deve ser implementada desde o início do processo educativo, prolongando-se por toda a vida e levando à mudança de atitudes e práticas que resultem numa mudança cultural profunda dos diversos atores do processo de integração e desenvolvimento da região.

O lançamento de uma obra com essas características é bastante oportuno, ao evidenciar as complexas relações envolvidas no processo de integração regional do Mercosul. Muitas questões, contudo,

ainda permanecem sem resposta ou insuficientemente discutidas. Isso deve ser atribuído, em grande parte, à constituição recente desse mercado comum, no qual até mesmo os parâmetros jurídicos não estão suficientemente definidos.

É necessário e vital, por isso mesmo, que se dê continuidade ao aprofundamento da discussão da integração regional e de suas consequências, contemplando principalmente a avaliação do que vem ocorrendo em outros contextos de regionalização, de modo a retirar as lições adequadas dessas experiências. Necessário e vital se faz também que o tratamento das questões da regionalização no Mercosul concentre-se na problemática proposta pela ressignificação dessa regionalização dentro do contexto de construção da cidadania.

Maria do Carmo de Lacerda Peixoto
Faculdade de Educação,
Universidade Federal de Minas
Gerais

GÓMEZ, Roberto Rodríguez
(org.). *La integración
latinoamericana y las
universidades*. México:
UDUAL, 1998. 386 p.

Sob o selo da Editorial Unión de Universidades de América Latina (UDUAL), acaba de ser publicada essa coleção de ensaios de autores de diversos países da América Latina e do Caribe. A temática do volume centra-se nos efeitos que os processos de integração regional exercem, no presente, na dinâmica de mudanças na educação superior. É um assunto importante e na ordem do dia: basta recordar que muito recentemente ocorreram dois encontros que se referem,

especificamente, aos temas tratados nessa obra: a sétima Reunião Ibero-americana, no Porto, e a Conferência Mundial sobre Educação Superior, da UNESCO, em Paris. Em ambos os eventos, realizados em outubro, foi reafirmada a importância da educação para consolidar os processos de integração que estão ocorrendo em diferentes regiões do mundo.

O livro está organizado em quatro seções. A primeira se refere ao contexto em que tem lugar a integração universitária, a segunda relata alguns casos em que se experimentou com êxito a fórmula da integração, na terceira se alude aos principais processos em curso, e na quarta se analisam as perspectivas de cooperação internacional em matéria de educação superior.

A seção de contexto abrange diversos ensaios. O primeiro, de Maria Cristina Rosas, intitula-se "América Latina, en busca de la integración". Realiza uma revisão histórica das etapas que atravessou o ideal integracionista latino-americano, e que culmina numa reflexão sobre o momento atual, suas possibilidades e dilemas. Em seguida, Roberto Rodríguez, coordenador da obra, realiza um balanço das transformações que experimentaram as universidades da América Latina a partir do pós-guerra até o presente, da mesma forma que no primeiro artigo. Roberto Rodríguez traça um panorama histórico e reflete sobre o presente em relação aos principais caminhos das instituições de educação superior da região.

Na parte dos estudos de caso, são relatadas três experiências de integração. A primeira, sobre a FLACSO, em artigo de Sylvia Ortega e Lilia Perez Franco que se intitula "La Facultad Latinoamericana de